



Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados do exercício de 2017

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas	3
3.1	Bases de Apresentação	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	5
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	9
5	Ativos Fixos Tangíveis	9
6	Locações	11
7	Custos de Empréstimos Obtidos	11
8	Rédito	11
9	Subsídios do Governo e apoios do Governo	12
10	Benefícios dos empregados	13
11	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	13
12	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	13
13	Outras Informações	14
13.1	Investimentos Financeiros	14
13.2	Clientes e Utentes	14
13.3	Fundadores/doadores/associados	14
13.4	Outras contas a receber	15
13.5	Diferimentos	15
13.6	Caixa e Depósitos Bancários	15
13.7	Fundos Patrimoniais	16
13.8	Fornecedores	16
13.9	Estado e Outros Entes Públicos	16
13.10	Outras Contas a Pagar	17
13.11	Subsídios, doações e legados à exploração	17
13.12	Fornecimentos e serviços externos	17
13.13	Outros rendimentos e ganhos	18
13.14	Outros gastos e perdas	19
13.15	Resultados Financeiros	19
13.16	Acontecimentos após data de Balanço	19

1 Identificação da Entidade

A “CERCIPOVOA – Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados, CRL” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída por escritura pública em 12 de maio de 1977, reconhecida como pessoa coletiva de utilidade pública em Diário da República n.º 243, Série II, de 22 de outubro de 1991, tendo os estatutos sido publicados no Diário da República n.º 241, Série III, de 15 de outubro de 1999, com sede na Rua Morgado da Póvoa, Lote 1 (Quinta da Piedade 2ª Fase), na Póvoa de Santa Iria. Tem como atividade para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

- Educação, reabilitação e integração de crianças inadaptadas, sensibilizar e mobilizar todas as pessoas para os aspetos relacionados com a educação e reabilitação dos alunos utentes da Cercipóvoa, sobretudo docentes, pais e outros cooperantes.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2016 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

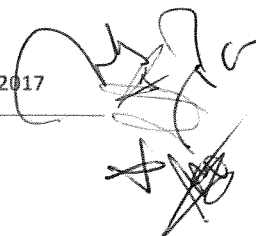
As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.



3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	8 a 20
Equipamento básico	5 a 10
Equipamento de transporte	4 e 8
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros Ativos fixos tangíveis	3 a 8

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.2 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

3.2.3 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Fundadores/beneméritos/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos /doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.4 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.5 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo.

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

3.2.6 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Unid.: euros

Descrição	2017					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	6.879.052,53	16.870,82				6.895.923,35
Equipamento básico	223.852,41					223.852,41
Equipamento de transporte	341.308,11	4.520,29				345.828,40
Equipamento administrativo	233.852,68	3.840,59				237.693,27
Outros Ativos fixos tangíveis	10.742,57	1.845,00				12.587,57
Ativos Fixos tangíveis em curso	0,00					0,00
Total	7.688.808,30	27.076,70	0,00	0,00	0,00	7.715.885,00
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	2.188.541,85	176.448,97				2.364.990,82
Equipamento básico	190.932,20	8.783,82				199.716,14
Equipamento de transporte	319.484,66	6.071,91				325.556,57
Equipamento administrativo	231.779,29	2.165,16				233.944,45
Outros Ativos fixos tangíveis	9.533,46					9.533,46
Total	2.940.271,46	193.469,86	0,00	0,00	0,00	3.133.741,44

Nota: em 2017, efetuou-se a substituição do pavimento dos arrumos, realizou-se a reparação da bomba da piscina, adquiriu-se um motor para viatura 60-BO-54, o relógio de ponto e plantas de emergência e colocaram-se divisórias em alumínio no lar e sala multiusos

Descrição	2016					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	6.879.052,53					6.879.052,53
Equipamento básico	214.268,36	9.584,05				223.852,41
Equipamento de transporte	341.308,11					341.308,11
Equipamento administrativo	233.681,71	170,97				233.852,68
Outros Ativos fixos tangíveis	9.533,48	1.209,09				10.742,57
Ativos Fixos tangíveis em curso	0,00					0,00
Total	7.677.844,19	10.964,11	0,00	0,00	0,00	7.688.808,30
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	2.004.917,40	183.624,33		+ 0,12		2.188.541,85
Equipamento básico	181.847,73	9.084,47				190.932,20
Equipamento de transporte	314.542,82	4.941,84				319.484,66
Equipamento administrativo	231.107,44	671,85				231.779,29
Outros Ativos fixos tangíveis	9.533,46					9.533,46
Total	2.741.948,85	198.322,49	0,00	0,12	0,00	2.940.271,46

Nota: em 2016, adquiriu-se um sistema de abertura automático do portão, 1 conjunto de Snoezelen e diverso equipamento de apoio, nomeadamente 1 elevador de transferência, 1 cadeira banho e 1 poltrona elétrica.

6 Locações

A Entidade detinha os seguintes ativos adquiridos com recurso à locação financeira:

Descrição	2017			2016		
	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento básico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento de transporte	25.442,60	25.442,60	0,00	25.442,60	25.442,60	0,00
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	25.442,60	25.442,60	0,00	25.442,60	25.442,60	0,00

7 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2017			2016		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	101.172,02	680.492,34	781.664,36	84.489,06	254.331,05	338.820,11
Locações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimo do FRSS	47.303,28	283.819,86	331.123,14	94.597,10	283.819,86	378.416,96
Outros Empréstimos	0,00	58.874,98	58.874,98	0,00	64.874,98	64.874,98
Total	148.475,30	1.023.187,18	1.171.662,48	179.086,16	603.025,89	782.112,05

- Dados dos empréstimos bancários:

Empréstimo Conjunto: BPG e BES / Valor inicial: 700.000,00 euros / início: 23/jan/2012 término: 23/dez/2021 – empréstimo liquidado em agosto de 2017;

Empréstimo RCI Banque: valor em dívida a 31/12/2017: 6.668,92.euros;

Empréstimo BES (Novo Banco): valor em dívida a 31/12/2017: 5.235,38 euros;

Empréstimo BPI / Valor inicial: 800.000,00 euros / Início: 24/08/2017. Términos: 23/08/2025 – valor em dívida a 31/12/2017:769.760,06 Euros;

Empréstimo FRSS: valor em dívida em 31/12/2017: 331.123,14 euros

- Outros empréstimos: FENACERCI e GFSS

8 Rédito

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2017	2016
Vendas	15.366,30	21.239,30
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	285 905,97	273.610,42
Quotas e jóias	5 777,96	6.537,84
Serviços secundários	120 868,37	114.383,84
Juros	6,64	10,52
Total	427 925,24	415.781,92

- Vendas: nesta rubrica encontram-se registadas as vendas de pirilampus, que decresceram cerca de 27,5% de 2016 para 2017.

- Matrículas e mensalidades: o acréscimo, na ordem dos 19.000 euros, registado nesta rubrica, face a 2016, ficou a dever-se essencialmente ao aumento do nº médio de utentes em Lar e CAO, assim como ao aumento do valor médio das mensalidades cobradas nas referidas valências, considerando que as Atividades de Tempos Livres (desenvolvidas internamente) apresentaram uma redução de 6.845 euros face ao ano anterior.

- Serviços secundários: regista os valores de ATL externo e AAAF. A variação positiva, de 2016 para 2017, resultou do aumento do nº de utentes em ATL externo.

9 Subsídios do Governo e apoios do Governo

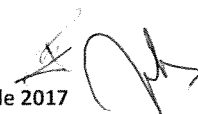
A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2017	2016
Subsídios do Governo		
ISS	1.194.906,36	1.188.432,66
DGEST (DREL)	389 398,97	448.176,22
Autarquias	48 590,64	56.915,60
Fundo de Socorro Social	0,00	0,00
Outros	27 848,00	31.500,00
Total	1 660 743,97	1.725.024,48

- O valor dos subsídios do ISS, aumentou ligeiramente (+0,5%), comparativamente com 2016;

- Os subsídios da DGEST, no período em análise, decresceram significativamente tendo por base dois fatores distintos: por um lado assistiu-se a uma variação negativa do número de utentes em CASE, face ao ano anterior e por outro, por opção estratégica, a Cercipóvoa solicitou, junto do Ministério da Educação, a redução do acordo de cooperação do Centro de Recursos para a Inclusão (CRI) para o ano letivo de 2017/2018;

- A rubrica “Outros” inclui o pagamento dos AAAF’s por parte das Associações de Pais e Encarregados de Educação, e os apoios do IEFP à colocação de colaboradores em situação de desemprego. O decréscimo verificado nesta rubrica ficou a dever-se à redução da comparticipação por parte das Associações de Pais do valor por sala de AAAF. Em 2017, não se recorreu à colocação de colaboradores via IEFP (por dificuldade de acesso aos programas do IEFP).



10 Benefícios dos empregados

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações ao pessoal	1 330 292,57	1.268.102,99
Indemnizações	16 941,86	3.624,59
Encargos sobre as Remunerações	293 767,46	267.691,10
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	10 417,15	11.660,43
Outros Gastos com o Pessoal	4 736,56	10.211,08
Total	1 656 155,60	1.561.290,19

- O aumento significativo verificado na rubrica de “Remunerações ao Pessoal” e consequentemente nos “Encargos sobre remunerações”, ficou a dever-se essencialmente ao aumento médio das remunerações base, através do enquadramento correto em termos de escalões profissionais (descongelamento da progressão na carreira) e pelo reconhecimento, por parte do Tribunal do Trabalho, de diuturnidades;
- A rubrica “Outros Gastos com Pessoal” inclui os gastos com o Complemento de Subsídio de doença, no valor de 2.371,17 euros, medicina no trabalho no valor de 1.810,39 euros e 495 euros de formação.

11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

Nos períodos de 2016 e 2017, ocorreram as seguintes variações relativas a provisões:

Descrição	2016	Aumentos	Diminuições	2017
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias a clientes	0,00	0,00	0,00	0,00
Processos judiciais em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos onerosos	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões específicas do setor	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	90.717,81	0,00	11.628,00	79.089,81
Total	90.717,81	0,00	0,00	79.089,81

Tendo por base a notificação da ACT, recebida em novembro de 2016, referente ao pagamento dos créditos laborais em dívida aos trabalhadores, respetivas contribuições para Segurança Social e coima, reconheceram-se provisões no valor de 90.717,81 euros. Em 2017 pagou-se a coima à ACT no valor de 11.628 euros.

12 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

13 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

13.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2017	2016
Investimentos em subsidiárias	5.024,94	5.024,94
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	5.024,94	5.024,94
Outros Investimentos Financeiros	1.823,49	1.288,78
Fundo de compensação do trabalho	1.823,49	1.288,78
Total	6 848,43	6.313,72

Os investimentos financeiros dizem respeito à participação financeira na sociedade CERCIPOVOA Serviços, Unipessoal, Lda., pessoa coletiva nº 507887883. A referida sociedade não tem qualquer atividade desde 2009 e o processo de dissolução e liquidação aguarda apenas o registo.

13.2 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2017 e 2016 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2017	2016
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	10 683,25	37.688,96
Utentes	207 678,16	200.725,99
Perdas por imparidade	- 117 803,38	- 108.788,12
Sócios	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
Total	100.558,03	129.626,83

13.3 Fundadores/doadores/associados

A rubrica de “Fundadores/doadores/associados”, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, apresentava a seguinte repartição:

Descrição	2017	2016
Quotas de Sócios	104.991,59	104.991,59
Perdas por imparidade (quotas 2010/11/12)	- 73.791,11	- 73.791,11
Perdas por imparidade (quotas 2013)	- 31.200,48	- 31.200,48
Total	0,00	0,00

13.4 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a seguinte decomposição:

Descrição	2017	2016
Outros Devedores	10 127,77	13.640,41
Devedores por acréscimos de rendimentos	2 790,00	12.735,00
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Total	12.917,77	26.375,41

No ano de 2017, o saldo da rubrica de “Devedores por acréscimos de rendimentos”, é constituído por: 2.790,00 euros, referentes às refeições do mês de dezembro de 2017.

Relativamente a 2016, o saldo da rubrica de “Devedores por acréscimos de rendimentos”, é constituído por: 5.735,00 euros, referentes às refeições do mês de dezembro de 2016, da Cantina Social e 7.000 euros das AAAF's. Os referidos valores foram recebidos em janeiro e fevereiro de 2017.

13.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Gastos a Reconhecer		
Seguros antecipados	4.447,16	2.897,34
Outros gastos a reconhecer	4.130,69	41.171,65
Total	8.577,85	44.068,99
Rendimentos a Reconhecer		
Outros rend. a reconhecer	6.876,48	4.429,59
Total	6.876,48	4.429,59

Em 2016 encontrava-se registado em “Outros gastos a reconhecer”, os juros do Plano de pagamento da dívida à ICA/Nordigal. O saldo da rubrica “Outros rendimentos a reconhecer” inclui os montantes recebidos antecipadamente, respeitantes aos meses de julho/agosto de ATL e a AEC's.

13.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2017	2016
Caixa	1.100,34	2.810,67
Depósitos à ordem	89.968,87	98.016,94
Depósitos a prazo	4.400,00	4.400,00
Outros	0,00	0,00
Total	95.469,21	105.227,61



13.7 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	3.300,00	0,00	0,00	3.300,00
Reservas	42.947,24	0,00	0,00	42.947,24
Resultados transitados	- 1.543.336,28	81.316,47	0,00	- 1.462.019,81
Excedentes de revalorização	3.199.240,21	0,00	0,00	3.199.240,21
Outras variações nos fundos patrimoniais	1.192.082,51	9.870,56	175.746,21	1.026.206,86
Total	2.894.233,68	91.187,03	175.746,21	2.809.674,50

As variações verificadas na rubrica “Resultados Transitados” respeitam, à integração do Resultado Líquido de exercício de 2016 (+ 81.316,47 euros).

A diminuição da rubrica “Outras variações nos fundos patrimoniais” está relacionada com a amortização anual dos subsídios ao investimento, recebidos da Segurança Social, CM VFX e mecenas, para a construção do Edifício, assim como, para a aquisição de viatura e conservação e reparação de edifícios. É proporcional ao valor das respetivas amortizações do exercício. Por outro lado o aumento registado nesta rubrica advém do recebimento, durante o exercício de 2017, de um subsídio da CM VFX para obras.

13.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Fornecedores	79.811,64	366.996,57
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	79.811,64	366.996,57

De referir que, a dívida total a fornecedores reduziu significativamente de 2016 para 2017, devido à liquidação antecipada do acordo de pagamento prestacional, de médio prazo, da dívida à ICA/ Nordigal. O pagamento foi efetuado com recurso a financiamento bancário (reestruturação da dívida).

13.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Ativo		
Outros rendimentos	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Passivo		
Passivo não corrente		
Segurança Social	86.749,71	321.945,60
Total	86.749,71	321.945,60
Passivo Corrente		
Imposto sobre o Rend. Pessoas Singulares (IRS) / IVA	32.476,66	26.101,76
Segurança Social	123.444,48	151.054,16
Total	155.921,14	177.155,92

13.10 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017		2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		250.200,67		197.130,26
Fornecedores de Investimentos		9.101,94		9.527,23
Credores por acréscimo de gastos		207.374,96		208.294,90
Outros credores		5.518,85		16.740,13
Total	0,00	472.196,42	0,00	431.692,52

- Remunerações a pagar: esta rubrica inclui 191.506,93 euros referentes aos subsídios de férias de 2015, 2016 e 2017 e 58.693,74 euros de acordo com a 1ª notificação da ACT inerente às dívidas a alguns colaboradores. No exercício de 2017, o valor constante na rubrica “Credores por acréscimos de gastos” respeita a gastos com férias e subsídio de férias de 2017, que serão pagos em 2018.

Em “Outros credores” está contabilizado o valor da coima da ACT, no valor de 11.628,00 euros, que foi paga no início de 2017.

13.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2017 e 2016, os seguintes subsídio e doações:

Descrição	2017	2016
Subsídios do Estado e outros entes públicos	1.632.895,97	1.693.524,48
Subsídios de outras entidades	27 848,00	31.500,00
Total	1.660.743,97	1.725.024,48

A rubrica “Subsídios do Estado e outros entes públicos”, encontra-se discriminada no ponto 9 deste Anexo.

13.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Subcontratos	247.518,65	61.176,26
Trabalhos especializados	36.775,29	19.118,47
Honorários	50.899,08	36.993,36
Conservação e reparação	22.053,13	33.328,45
Encargos com saúde utentes	5.906,24	7.086,38
Ferramentas e utensílios desgaste rápido	9.441,54	4.637,77
Material de escritório	2.170,56	2.257,47
Material didático / Ativ. Ocupacionais	6.688,73	5.271,61
Electricidade	29.988,55	31.241,88
Combustíveis	22.676,64	21.874,92
Água	14.304,62	15.360,57
Gás	52.535,54	57.190,94
Deslocações, estadas e transportes	14.574,23	20.299,50

Rendas e alugueres	1.107,00	2.864,82
Comunicação	9.794,14	12.125,60
Seguros	11.022,33	8.767,77
Limpeza higiene e conforto	14.293,75	11.068,65
Outros serviços	18.618,32	18.610,73
Total	570.368,34	369.275,15

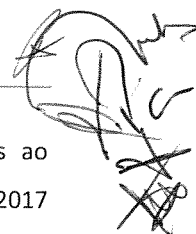
- Subcontratos: regista, essencialmente, o serviço de refeições efetuado pela empresa ICA, serviço esse que a partir de janeiro de 2017 passou a incluir os géneros alimentares que estão na base das refeições. Em 2016 os géneros alimentares eram faturas pela Nordigal estando registados na conta 61;
- Trabalhos especializados: inclui os serviços de AEC's e elevadores e consultoria informática. Em 2017 foi ainda registado nesta rubrica a elaboração de um relatório de viabilidade económico/financeira, pela empresa Euroconsult, no valor de 5.904 euros e a elaboração das Medidas de Auto Proteção, no valor de 2.583 euros;
- Honorários: a rubrica apresenta um acréscimo devido ao aumento do nº de pessoas a prestar serviços de apoio ao fornecimento de alimentação nas escolas;
- Conservação e reparação: a diminuição verificada em 2017, face a 2016, ficou a dever-se, essencialmente, ao decréscimo das despesas com reparação de viaturas (-4.084 euros). De referir que, cerca de 8.000 euros, estão relacionados com a manutenção de equipamentos e edifícios, nomeadamente, caldeira e elevadores;
- Ferramentas e utensílios de desgaste rápido: o aumento face ao ano anterior justifica-se pela aquisição de material informático e vídeo para o CAO, no âmbito do protocolo com o Hospital de VFX e aquisição de colchões para o Lar;
- Material de escritório: inclui, entre outros, os gastos com as fotocopiadoras e manutenção do sistema de registo de ponto;
- Deslocações, estadas e transportes: o decréscimo verificado nesta rubrica ficou a dever-se à redução do pagamento de deslocações em viatura própria (CRI) e ajudas de custo.

13.13 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Rendimentos Suplementares	255.318,08	245.049,38
Outros rendimentos e ganhos	197.476,63	199.704,32
Total	452.794,71	444.753,70

- Rendimentos Suplementares: esta rubrica inclui o valor fornecimento de refeições às escolas, por via do protocolo com Câmara Municipal de VFX, que atingiu os 199.227,73 euros, 4.849,61 euros de comparticipação do INR e a compensação de gastos, por parte da Soc. Euterpe Alhandrense, relativa ao consumo de gás, água e eletricidade, assim como as rendas de cedência de exploração dos equipamentos, que perfazem, no total, 35.740,74 euros.



- Outros rendimentos e ganhos: cerca de 90% desta rubrica respeita à imputação de subsídios ao investimento. Desta rubrica constam ainda os donativos (incluindo os donativos em espécie) que em 2017 atingiram os 11.988,61 euros e 0,5% da consignação de IRS 2015, no valor 2.651,16 euros

13.14 Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	2.404,28	1.307,70
Outros Gastos e Perdas	20.517,35	7.636,83
Total	22 921,63	8.944,53

A rubrica “Outros Gastos e Perdas”, em 2017, inclui cerca de 5.200 euros relativos a correções de exercícios anteriores, 11.628 euros da coima da ACT (compensado pela reversão) e 1.760 euros de quotas da FENACERCI.

13.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:16

Descrição	2017	2016
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	39.623,09	43.249,29
Outros gastos e perdas de financiamento	7.809,26	4.066,16
Total	47. 432,35	47.315,45
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	6,64	10,52
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	6,64	10,52
Resultados Financeiros	- 47.425,71	- 47.304,93

Os Outros gastos e perdas de financiamento aumentaram por via dos custos com a obtenção do empréstimo de médio longo prazo do BPI, nomeadamente, comissões de avaliação do imóvel e montagem de operação.

13.16 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017, com exceção do abaixo indicado.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, foi rececionado pela Cooperativa uma notificação da ACT, relativa a valores em dívida a alguns colaboradores, que implicará no futuro um acréscimo de gastos com pessoal de 200.845 euros, não se registando outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas pela Assembleia Geral em 27 de março de 2017.

A Direção

O Contabilista Certificado (5594)

[Handwritten signatures of the Board and the Certified Accountant]

CERCIPOVOA - Coop. Educ. Reab. C. Inadaptadas, CRL**NIPC: 500 708 177**

Rua Morgado da Póvoa, Lote 1

Quinta da Piedade, 2ª fase

2625-229 POVOA STA IRIA

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**Moeda:** Valores em euros**DATAS****NOTAS****31 DEZ 2017****31 DEZ 2016****ACTIVO****Activo não corrente**

Activos fixos tangíveis

4 582 143,56

4 748 536,84

Investimentos financeiros

6 848,43

6 313,72

4 588 991,99**4 754 850,56****Activo corrente**

Clientes

100 558,03

129 626,83

Estado e outros entes públicos

0,00

0,00

Outras contas a receber

13 318,57

26 375,41

Diferimentos

8 577,85

44 068,99

Caixa e depósitos bancários

95 469,21

105 227,61

217 923,66**305 298,84****Total do activo****4 806 915,65****5 060 149,40****FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO****Fundos patrimoniais**

Fundos

3 300,00

3 300,00

Reservas

42 947,24

42 947,24

Resultados transitados

-1 462 019,81

-1 543 336,28

Excedentes de revalorização

3 199 240,21

3 199 240,21

Outras variações nos fundos patrimoniais

1 026 206,86

1 192 082,51

2 809 674,50**2 894 233,68**

Resultado líquido do período

23 355,48

81 316,47

Total do fundo de capital**2 833 029,98****2 975 550,15****Passivo****Passivo não corrente**

Fornecedores

0,00

239 124,52

Estado e outros entes públicos

86 749,71

321 945,60

Financiamentos obtidos

1 023 187,18

603 025,89

Outras contas a pagar

0,00

0,00

1 109 936,89**1 164 096,01****Passivo corrente**

Fornecedores

79 811,64

127 872,05

Estado e outros entes públicos

155 921,14

177 155,92

Financiamentos obtidos

148 475,30

179 086,16

Diferimentos

6 876,48

4 429,59

Outras contas a pagar

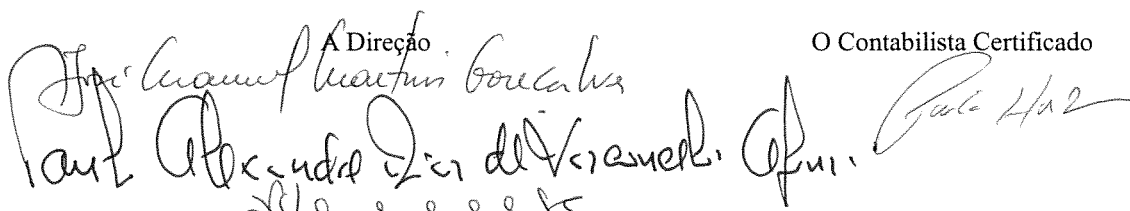
472 864,22

431 959,52

863 948,78**920 503,24****Total do passivo****1 973 885,67****2 084 599,25****Total dos fundos patrimoniais e do passivo****4 806 915,65****5 060 149,40**

A Direção

O Contabilista Certificado



Handwritten signatures of the Director and the Certified Accountant.

CERCIPOVOA - Coop. Educ. Reab. C. Inadaptadas, CRL

NIPC: 500 708 177

Rua Morgado da Póvoa, Lote 2

Quinta da Piedade, 2ª fase

2625-299 POVOA STA IRIA

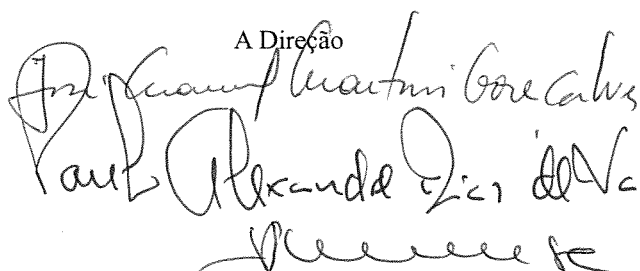
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Moeda: Valores em euros

NOTAS	DATAS	
	31 DEZ 2017	31 DEZ 2016
RENDIMENTOS E GASTOS		
Vendas e serviços prestados	427 918,60	415 771,40
Subsídios, doações e legados à exploração	1 660 743,97	1 725 024,48
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	30 373,28	228 378,01
Fornecimentos e serviços externos	570 368,34	369 275,15
Gastos com o pessoal	1 656 155,60	1 561 290,19
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9 015,26	0,00
Provisões (aumentos/reduções)	-11 628,00	90 717,81
Outros rendimentos e ganhos	452 794,71	444 753,70
Outros gastos e perdas	22 921,63	8 944,53
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento de impostos	264 251,17	326 943,89
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	193 469,98	198 322,49
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	70 781,19	128 621,40
Juros e rendimentos similares obtidos	6,64	10,52
Juros e gastos similares suportados	47 432,35	47 315,45
Resultados antes de impostos	23 355,48	81 316,47
Imposto sobre o rendimento do período	0,00	0,00
Resultado líquido do período	23 355,48	81 316,47

A Direção

O Contabilista Certificado


Paulo Alexandre Zeri de Vasconcelos

